

Espaços de exibição de cinema em Guimarães: O caso do Cine-Teatro Municipal (1935)

Em 1935, a Câmara Municipal de Guimarães pensou em substituir o velho e degradado Teatro D. Afonso Henriques por um moderno Cine-teatro Municipal com as melhores condições de segurança e conforto então disponíveis. Desde 1897, data das primeiras exposições de cinema em Guimarães, este foi o primeiro projecto de natureza pública pensado para dotar a cidade com um edifício de raiz vocacionado para o espectáculo cinematográfico.

A pretexto do projecto recentemente descoberto no Arquivo Municipal Alfredo Pimenta, pelos próprios serviços da instituição, farei uma breve panorâmica retrospectiva sobre a história da exposição cinematográfica em Guimarães nas primeiras décadas do séc. XX, nomeadamente desde os primeiros espectáculos ambulantes que visitaram com frequência a cidade entre 1897-1908 até à inauguração do Teatro Jordão (1938).

Estes dados fazem parte de um projecto de investigação sobre a história do cinema e da cinefilia em Guimarães desenvolvido desde Maio de 2007, que passou por uma recolha exaustiva de informação publicada na imprensa vimaranense preservada pela Sociedade Martins Sarmento, pela consulta do acervo documental camarário depositado no Arquivo Municipal Alfredo Pimenta, pela realização de diversas entrevistas com vimaranenses ligados à actividade cinematográfica na cidade e pela leitura de diversa bibliografia sobre a história da cidade nesse período.

1. SESSÕES DE CINEMA ITINERANTE

As primeiras exposições cinematográficas em Guimarães decorreram em Julho de 1897. O aparelho que permitiu as exposições dos primeiros quadros vivos em Guimarães foi o Kinetógrafo Werner. Depois das passagens por Porto e Braga, o Teatro Guiñol – Bijou Infantil chegou a Guimarães em Julho de 1897, instalando-se num barracão no Campo da Feira. Nos vários espectáculos apresentados em Guimarães, o programa incluía a exposição e alguns “quadros” projectados pelo Kinetógrafo Werner:

– *Bate certo minha Zefa!*

– *Ai Joaquina!*

– *Apotheose a Mousinho d’Albuquerque.*

– *As festas do czar da Russia em Paris.*

– *As cançonetas por Rodrigues de Freitas: O Bravo do Mindello e os Meus vizinhos.*

– *Uma graciosíssima corrida de 6 bravissimos touros na praça do Campo Pequeno, de Lisboa.*

Quanto aos filmes exibidos por este aparelho, a designação mais apropriada será “quadros vivos”. Geralmente com a duração de um a dois minutos, estes “quadros vivos” limitavam-se apenas a “acrescentar movimentos à fotografia, na mesma busca de efeito real que no mesmo ano encontramos em milhares de obras análogas rodadas por todo o mundo pelos operadores dos Lumière, de Paul, de Edison, de Skaldanowski, etc.” (Costa, 1991: 12).

Ainda que pouco divulgadas e com pouca repercussão mediática, estas exposições cinematográficas no Teatro Guiñol constituem a primeira experiência cinéfila em Guimarães. Aquando destas exposições em Guimarães, o cinema contava já um longo ano de presença em Portugal. A primeira exposição pública em Portugal ocorreria no dia 18 de Junho de 1896, no Real Colyseu de Lisboa, e o seu promotor fora o húngaro Edwin Rousby. Este misterioso “electricista de Budapeste” levaria o seu Animatógrafo, ainda nesse ano, ao Porto (Teatro do Príncipe Real), Espinho e Figueira da Foz.

Depois das primeiras sessões no Teatro Guiñol, o espectáculo cinematográfico só regressaria a Guimarães quatro anos mais tarde. Na sua edição de 14 de Abril de 1901, o jornal *O Progresso* noticiava no artigo, que um novo modo de

entretenimento se encontrava em exibição na cidade-berço desde a noite anterior. Os dados recolhidos mostram que este aparelho designado como Royal Kosmograph chegou a Guimarães a 13 de Abril de 1901, pelas mãos de um empresário desconhecido e em circunstâncias pouco conhecidas. Permanecendo na cidade cerca de um mês, apresentou diversos espectáculos e registou diversas impressões, mas a recepção do novo entretenimento junto do público vimaranense parece ter sido pouco entusiasta. Da imprensa vimaranense consultada, verifica-se que houve uma reacção um pouco desinteressada, sem qualquer tipo de comparação com o destaque e mediatismo dado então a espectáculos teatrais ou tauromáquicos.

O que aconteceu em Guimarães não foi diferente do que aconteceu nas primeiras exibições lisboetas. Como sustenta Henrique Alves Costa (1978: 18), o cinema começou por conquistar primeiro o público dito mais popular, “que no animatógrafo encontrava entretenimento barato, variado e acessível”, e gradualmente a “burguesia e certos sectores intelectuais, que não desdenhavam a novidade.” Esta valorização social do fenómeno cinematográfico foi um facto nos primeiros anos de exibições. A concorrência de espectáculos social e culturalmente mais reputados – como as récitas de poesia, os espectáculos teatrais ou mesmo as touradas – criou alguma resistência na elite cultural e nos estratos mais elevados da sociedade vimaranense. Vencida a resistência inicial, o cinema tornou-se progressivamente num espectáculo interclassista e socialmente diversificado. De resto, a organização do próprio espaço da sala e do preçário das sessões são o reflexo da diversidade do público cinematográfico.

A 8 de Março de 1903, dois anos depois das primeiras exibições do Royal Kosmograph em Guimarães, o aparelho voltava a apresentar-se perante os vimaranenses. Desta exibição, apenas se apurou que foram promovidas por um “sr. Victor Bailac” e que decorreram no Salão Artístico Vimaranense (*Independente*, 7-III-1903: 3).

Em Agosto seguinte, o Royal Kosmograph voltava a dar espectáculos na cidade de Guimarães. Mais uma vez no Salão Artístico Vimaranense, as sessões cinematográficas eram agora acompanhadas pela actuação do “fakir português” João Albino da Silva, um prestidigitador com alguma reputação na época. A presença deste “fakir” em espectáculos cinematográficos não era inédita, remontando ao ano de 1896, mais concretamente à *tourné* do Animatographo Portuguez de Pinto Moreira. Em Dezembro de 1896, o prestidigitador João Albino da Silva actuou em Viana do Castelo como parte integrante nos primeiros espectáculos cinematográficos nessa cidade promovidos pelo portuense Pinto Moreira (Santos, 1990: 180).

Depois das exibições do Royal Kosmograph, o Salão Artístico da Rua de Gil Vicente voltaria a estar associado a uma nova máquina projectora. Desta feita, a máquina denominava-se Cinematographo Luzitano e esteve em apresentação no final de 1905 (*Comércio de Guimarães*, 28-XII-1905: 2). Realizaram-se, pelo menos, cinco sessões entre Novembro e Dezembro, algumas onde foram exibidos quadros “da vida e da morte de Jesus Christo” (*Imparcial*, 27-XI-1905: 3).

Em 1906, depois da visita do Teatro Guiñol de 1897, o Campo da Feira voltava a servir de cenário a um novo cinematógrafo, desta feita o Cinematographo Modernista Leonez (*Independente*, 5-VIII-1906: 3). Deste aparelho ou da sua presença em Guimarães não se pôde apurar mais pormenores significativos.

Numa das edições de Janeiro de 1907, o *Comércio de Guimarães* noticiava que no Teatro D. Afonso Henriques se encontrava em exibição o “Cinematographo Pathé da empresa Olimpia, que em várias secções na mesma noite, tem alli prendido a atenção dos espectadores, incluindo notáveis bailados hespenhoes” (*Comércio de Guimarães* 8-I-1907: 2). Como era frequente nesta época, as sessões de cinematógrafo eram “abrilhantadas com bailados, executados pelas duas sympathicas bailarinas Yarritu e Garcia” (*Comércio de Guimarães*, 13-I-1907: 2).

Sabe-se também que, em Novembro do ano seguinte, no mesmo Teatro D. Afonso Henriques, o Kinematographo Theo Pathé voltava a exhibir-se novamente em Guimarães, mas por iniciativa de uma empresa com a designação de França (*Comércio de Guimarães* 24-XI-1908: 2).

Voltando a 1907, mais propriamente a Junho, é a vez de António de Carvalho Maia, secretário da Empresa A. Ferreira do Salão Cynematographico Portuense, visitar Guimarães com a pretensão de arrendar provisoriamente as instalações do Teatro D. Afonso Henriques para aí realizar sessões cinematográficas (*Comércio de Guimarães*, 28-VI-1907: 3). As pretensões foram bem sucedidas e, em Julho seguinte, a sala de espectáculos acolheu o “curioso cynematographo com bastante assistência de espectadores. Tem muitas tiras ainda não vistas e é tão reduzido o preço que deve ser visitado” (*Comércio de Guimarães*, 16-VII-1907: 3). Nestas apresentações, das quais não se conseguiu precisar o número, sabe-se apenas que os bilhetes foram postos à venda na Agência dos Armazéns do Chiado e na Barbearia Costa e que foram apresentadas “numerosas pelliculas, de grande effeito e duração, entre as quaes a da Morte e Paixão de Christo” (*Imparcial*, 11-VII-1907: 2).

O ano de 1907 marca também o encontro do cinema com as Festas Gualterianas. Uma das atracções do programa das feiras francas de São Gualter de 1907, o segundo ano em que se realizavam, foi o Cynematographo Publico instalado no Campo da Feira cujo “espectáculo cinematográfico prolongar-se-á até á meia-noite” (*Restauração*, 3-VIII-1907: 2). Este encontro é significativo porque revela, simultaneamente, a progressiva popularidade do espectáculo e a sua ascensão social enquanto acontecimento público. O facto de integrar o programa das festas magnas da cidade, aproximando-se da tourada e do teatro, foi um marco significativo no reconhecimento do cinema junto da sociedade vimaranense.

Em Março de 1908, o cinematógrafo The Bioscope encontrava-se em exibição no “Theatro D. Affonso Henriques, com muito agrado do publico” (*Comércio de Guimarães*, 10-IV-1908: 3). O aparelho terá permanecido poucos dias na cidade, mas apresentou diversas sessões.

Ainda que de forma pouco consciente, foi nestes anos que começaram a ser lançadas as bases para que o cinema se afirmasse de forma gradual como um dos entretenimentos mais populares do século XX. No caso de Guimarães, como na generalidade das cidades de média e pequena dimensão do país, o cinema veio democratizar o panorama dos entretenimentos públicos.

2. ABERTURA DE SALAS PERMANENTES

Ao nível da exibição, o ano de 1909 marcou uma transformação crucial no percurso do cinema em Guimarães. Se todos os espectáculos cinematográficos exibidos em Guimarães até este ano – Kinetógrafo Werner, Royal Kosmograph, Cinematographo Luzitano, Cinematographo Modernista Leonez, Kinematographe Theo Pathé, The Bioscope – funcionavam em itinerância e instalavam-se na cidade-berço por curtos períodos de tempo, a partir de 1909 o cinema passou a estar presente na cidade-berço em permanência.

A primeira sala de cinema portuguesa terá surgido, conforme os diferentes autores, em Lisboa (Salão Ideal, 1904) ou no Porto (Salão High-Life, 1906). Apesar da designação aburguesada, o Salão High-Life era um espaço popular e muito modesto, sem grandes condições de conforto e comodidade. Em Guimarães, a primeira “sala” de exibição cinematográfica permanente foi aberta em Março de 1909, no agora extinto Teatro D. Afonso Henriques, edifício então situado no Largo da República do Brasil.

Como documenta a imprensa da época, a abertura de uma sala de cinema permanente foi bem recebida pela generalidade dos vimaranenses. Para além da melhoria das condições de conforto e segurança verificada em relação aos barracões que precederam esta sala, o público vimaranense passou então a contar com mais uma oferta cultural e social no domínio dos espectáculos públicos.

O sucesso do cinematógrafo permanente no Teatro D. Afonso Henriques convenceu outros empresários a investir no espectáculo cinematográfico. Na Rua de Gil Vicente, no edifício da Associação Artística Vimaranense (o mesmo onde se exibira na década anterior os primeiros filmes em Guimarães), a firma Menezes & Abreu abriu ao público

o Salão Étoile, um “bem montado salão cynematographico” (*Comércio de Guimarães*, 18-XI-1910: 3). Foi neste Salão Étoile que se terão exibido as primeiras “fitas faladas” em Guimarães. Pensado por um criativo empresário brasileiro para melhorar o espectáculo cinematográfico, o processo das “fitas faladas” dava voz aos filmes mudos através de um grupo de indivíduos que se colocavam atrás da tela e reproduziam os sons dos filmes.

Em Janeiro de 1912, a empresa Menezes & Abreu mudou o seu aparelho cinematográfico e a sua sala de exibições da Associação Artística da Rua de Gil Vicente para o Teatro D. Afonso Henriques. Esta mudança parece enquadrada numa estratégia sustentada de expansão da empresa de exibição cinematográfica vimaranense. E em Dezembro desse ano, o Salão Étoile contratou um terceto musical permanente composto por piano, violoncelo e rabeça que iria integrar as sessões cinematográficas (*Alvorada*, 19-XII-1912: 1).

A notícia da iminente abertura de uma nova sala de espectáculos cinematográficos na Rua de Gil Vicente começou a surgir na imprensa em Fevereiro (*Comércio de Guimarães*, 11-II-1913: 3), mas só três meses depois, no dia 13 de Abril de 1913, é que a nova sala cinematográfica foi inaugurada. Depois de grandes remodelações, o cinematógrafo voltava ao Teatro Gil Vicente. Para além de melhores condições de conforto, a nova sala contava também a partir desta data com um novo aparelho, o Central Chantecler.

Na noite de 1 de Setembro de 1912, o Salão Étoile apresentou aos seus espectadores as primeiras imagens cinematográficas de Guimarães. As fitas *Gualterianas* e *Romaria de São Torcato*, apresentavam passagens da Romaria Grande São Torcato e das Festas Gualterianas registadas nos meses de Julho e Agosto anteriores (*Imparcial*, 2-IX-1912: 3).

Na noite de 4 de Maio de 1913, imbuídos na missão de inovar, mas sobretudo na “guerra” da concorrência cinematográfica vimaranense, os responsáveis pelo Central Chantecler apresentaram aos vimaranenses a primeira “fita colorida”. Tratava-se da curta fita *Os Três Pecados do Diabo*, um dos filmes que complementava a projecção do filme *A Noiva do Laceiro* (*Lusitano*, 4-V-1913: 3). Obviamente que não se tratava de um filme colorido como se conhece hoje, mas de um dos precoces e criativos processos de colorização das películas. O método que mais se popularizou por estes anos, e que provavelmente foi o usado nas exibições coloridas vimaranenses, consistia em aplicar, de forma manual, tinta directamente no negativo já filmado.

Depois da habitual paragem de Verão, a *reentré* cinematográfica de 1914 ficou marcada pela inauguração do Cinema High-Life, novo salão que passava a ocupar o Teatro D. Afonso Henriques. Este novo espaço de exibição procurava direccionar a sua programação para uma classe média cada vez mais receptiva ao cinema, mas que se queria distanciar socialmente dos entretenimentos ditos mais populares.

Em Março de 1916, sucedeu algo muito estranho no panorama cinematográfico vimaranense. A partir deste mês, a Empreza Cinematographica Vimaranense começou a programar as duas salas da cidade (*Vimaranense*, 18-III-1916: 2). Surpreendentemente, a concorrência - que tantas vantagens trouxeram ao espectador vimaranense nos anos anteriores - acabou, sendo as duas salas concorrentes geridas agora pela mesma empresa.

Quando, em Junho de 1919, o cinematógrafo se instalou provisoriamente na Praça de Touros da Quintã ficou claro que o cinema se afirmava gradualmente como o principal espectáculo de entretenimento da cidade. Esta iniciativa demonstrava a vitalidade económica e capacidade comercial de um entretenimento que se instalara permanentemente em Guimarães há apenas uma década atrás. O empresário Luiz do Souto era, por estes anos, o promotor de eventos mais inventivo e tornar-se-ia progressivamente no mais reconhecido da cidade. Um das suas mais mediáticas iniciativas foi transformar a Praça de Touros numa gigante sala de cinema ao ar livre. Entre 15 de Junho e meados de Julho de 1919, o palco tauromáquico transformou-se num bem-sucedido palco cinematográfico, dando muita animação a um período que costumava ser “morto” em termos de exibição cinematográfica.

Em Novembro de 1919, o High-Life desaparecia para dar lugar ao Vimaranes-Cine, a nova sala que passava a ocupar o velho Teatro D. Afonso Henriques. Ocupando o “primeiro teatro da cidade”, como então era frequentemente designado pela generalidade da imprensa local, o Vimaranes-Cine pretendia direccionar-se para um segmento muito específico da sociedade.

Entretanto, saindo da cidade, em Janeiro de 1920, o jornal *Gil Vicente* (11-I-1920: 2) noticiava que a vizinha vila das Taipas estava prestes a inaugurar um amplo salão de espectáculos integrado no edifício dos Bombeiros Voluntários, no Prédio do Barão de Vallado. Para além das exhibições cinematográficas, esperava-se que o salão animasse a calma vida social taipense. Em Agosto de 1924, o jornal *Ecos de Guimarães* (24-VIII-1924: 2) noticiava que na vizinha povoação de Vizela eram exibidos todos os dias, no “elegante salão cinematográfico” Cine-Parque, “sessões com programas variados e escolhidos, o que ali chama a frequência dos mais ilustres aquistas”.

Em vésperas do início da temporada de Inverno de 1923, começaram a surgir na imprensa diversas chamadas de atenção para o estado degradado dos “chamados teatros desta cidade”. Os artigos publicados alertavam para “a falta de medidas que garantam as vidas dos espectadores contra as possibilidades de incêndios” (*A Razão*, 15-VIII-1923: 2). Temendo a má publicidade, os responsáveis das duas salas cinematográficas procederam, nos meses seguintes, à instalação de bocas-de-incêndio sob supervisão da Comissão Administrativa do Concelho e dos Bombeiros Voluntários de Guimarães (*A Razão*, 26-X-1923: 1; 5-XII-1923: 1).

As sessões cinematográficas na Parada dos Bombeiros Voluntários de 1928 voltavam a organizar-se depois de vários anos de interregno. Encerrada a temporada na Parada, inaugurava-se a temporada de Inverno no Teatro Gil Vicente e no Teatro D. Afonso Henriques, que continuavam a ser exploradas pela mesma empresa. Mas as dúvidas acerca das condições de segurança e conforto das salas vimaranenses transitavam dos anos anteriores.

3. A NECESSIDADE DE UMA NOVA E “DIGNA” CASA DE ESPECTÁCULOS

Em Janeiro de 1930, a Sociedade de Defesa e Propaganda de Guimarães (SDPG) promoveu as primeiras reuniões sobre a necessidade de construção de uma casa de espectáculos. No mês seguinte, o degradado Teatro D. Afonso Henriques foi encerrado ao público, por questões de segurança pública. Animados por este encerramento, em Abril, o jornal *Pro-Vimarane*, órgão e propriedade da SDPG, lançou publicamente a campanha pela construção de uma nova casa de espectáculos em Guimarães.

Em Abril de 1931, a SDPG conseguiu uma autorização da Inspeção Geral dos Teatros para reabrir excepcionalmente, para a realização de alguns espectáculos, o Teatro D. Afonso Henriques. Apesar de excepcional, esta reabertura do velho edifício provocou uma reacção muito negativa por parte de alguns meios de comunicação locais. Os opositores à reabertura recordavam, sobretudo, os perigos que o degradado edifício poderia provocar, nomeadamente para a segurança dos seus espectadores (*Comércio de Guimarães*, 5-V-1931: 1). Por outro lado, a reabertura do velho Teatro D. Afonso Henriques fragilizava a causa dos defensores da construção de um novo teatro.

Do lado oposto, os adeptos da requalificação do velho teatro viam esta reabertura como um trunfo importante para a concretização da sua proposta. O maior entrave ao processo de requalificação do D. Afonso Henriques começava logo por identificar, localizar e convencer os proprietários do imóvel a investir o montante necessário ao projecto. Na incapacidade de concretizar este expediente, e em último recurso, os promotores do projecto teriam de solicitar às autoridades públicas a expropriação do imóvel alegando o superior interesse público do concelho (*A Velha Guarda*, 10-V-1931: 3-4).

No final de Novembro de 1932, a administração camarária dava um importante impulso às aspirações dos defensores da requalificação do velho teatro:

«A Camara Municipal de Guimarães, indo de encontro à vontade unânime do povo da nossa terra, liquidou a questão que prometia prolongar-se—expropriação por utilidade publica o velho teatro D. Affonso Henriques.

A Camara Municipal merece, pela sua atitude, bairrista e nobre, o louvor dos verdadeiros filhos d'esta terra.»

In *Comércio de Guimarães*, 2-XII-1932: 2.

Neste processo só foi possível reconstruir com rigor e fidedignidade os diversos momentos através da documentação depositadas aqui no Arquivo Municipal Alfredo Pimenta. Na sessão ordinária da Comissão Administrativa da Câmara Municipal de 8 de Dezembro de 1932, o executivo anunciou a decisão de “expropriar por utilidade pública o edifício do referido teatro”. Segundo o executivo, esta decisão foi tomada, depois da consulta à Comissão de Estética, pelo perigo de ruína do imóvel e porque “a respectiva empresa se recusa a fazer as obras que lhe foram indicadas” (AMAP: 10-16-4-2: 68).

A 2 de Fevereiro de 1933, em carta pública, João Rocha dos Santos, presidente da Câmara Municipal declarava “não ser possível adquirir amigavelmente o edifício do Teatro D. Afonso Henriques, desta cidade, por pertencer a uma sociedade anónima irregularmente constituída, com uma Direcção também ilegalmente nomeada”. Apesar disso, a Câmara Municipal recuava e não via necessidade de expropriar o imóvel porque o prédio, afinal, não apresentaria perigo para o público. No dia seguinte, o presidente da Câmara Municipal endereçava a mesma declaração ao Director Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais e ao Governador Civil de Braga (AMAP:10-28-11-5).

Passado cerca de um mês, contra as expectativas dos mais empenhados, a tentativa de expropriação não trazia a solução esperada, antes pelo contrário. Quando o objectivo seria a expropriação do imóvel para o reconstruir e devolver a casa de espectáculos aos vimaranenses, o destino mais provável do imóvel apontava agora para a demolição. A publicação do Decreto n.º 22.498 do Ministério do Interior, de 6 de Março de 1933, autorizava a expropriação do Teatro de D. Afonso Henriques, não para se requalificar o imóvel, mas para a sua demolição tendo como fim o prolongamento da Rua de S. Dâmaso até ao Largo da República do Brasil.

De repente, quando nada o fazia prever, tudo voltara ao ponto de partida. Depois do fracasso da campanha pela construção do novo teatro, o projecto de requalificação do velho D. Afonso Henriques também parecia fracassar definitivamente. Dois anos e alguns meses depois, a situação pioraria ainda mais para os cinéfilos vimaranenses.

Na sessão ordinária de 25 de Outubro de 1934, a Comissão Administrativa da Câmara, agora presidida por José Francisco dos Santos, “após um cuidadoso estudo [reconhece] que é preferível reconstruir o Teatro e adaptá-lo a casa de espectáculos conforme as aspirações de toda a população vimaranense”. Para além de solicitar ao Ministro do Interior a revogação do decreto de 1933, que autorizava a expropriação do Teatro de D. Afonso Henriques para a abertura de uma rua, o executivo apresentava uma proposta de Teatro Municipal da autoria de A. L. de Carvalho que seria aprovada por unanimidade:

«Primeiro: Que, mercê de já se encontrarem muito adeantados alguns trabalhos para o aproveitamento do velho edifício do Teatro Dom Afonso Henriques, cuja expropriação foi autorizada (...), seja encarregado o architecto senhor João Pimentel Junior, engenheiro ao serviço dos Edifícios Nacionais do Norte, a concluir o seu projecto de Teatro Municipal, não só para ser devidamente apreciado por esta Câmara, como para sujeição ao parecer da Comissão de Estética.»

In *Actas da Comissão Administrativa*, 25-X-1934. (AMAP: 10-16-4-2: 271-272).

Na sessão camarária de 3 de Janeiro de 1935, a questão da requalificação do Teatro D. Afonso Henriques voltava à ordem do dia. Nessa reunião, a Câmara Municipal aprovou, do seu orçamento ordinário para esse ano, atribuir uma verba de 90 mil escudos para obras no degradado edifício. No entanto, a nível prático, esta medida não produziu os efeitos que os cinéfilos vimaranenses há muito esperavam (AMAP: 10-16-4-2: 294-295).

Na sessão camarária de 6 de Junho de 1935, A. L. de Carvalho, apresentou à Comissão Administrativa da Câmara Municipal o projecto e orçamento de um futuro Teatro Municipal “destinado a obter do Estado a participação necessária a esta obra de alcance social”. A proposta seguiu para a Comissão de Estética da Câmara para o estudo e apreciação (AMAP: 10-16-4-3: 44).

Datado de Maio de 1935, o projecto do Cine-teatro Municipal que se encontra hoje depositado no Arquivo Municipal Alfredo Pimenta (AMAP: 10-28-11-5) foi apresentado à Comissão Administrativa da Câmara Municipal por A. L. de Carvalho na sessão camarária de 6 de Junho de 1935. De acordo com a sua memória descritiva e justificativa, assinada pelo gabinete de arquitectura M. Barbosa Ferreira, o projecto de reconstrução do edifício foi tomado perante o cenário de degradação de materiais e das estruturas, agravados por um incêndio, e pretendia ocupar o mesmo espaço do Teatro D. Afonso Henriques e de uma garagem camarária contígua.

De traço eminentemente modernista, de acordo com todas as normas de segurança em vigor, o projecto propunha demolir o edifício existente e aproveitar esses materiais de alvenaria para elevar a cota de implantação do novo edifício, o que reduziria os custos por dispensar a aquisição de pedra para as fundações, paredes exteriores e interiores. O espaço interior seria reorganizado atendendo à legislação em vigor, uma vez que a planta do existente Teatro D. Afonso Henriques apresentava graves riscos para a segurança pública.

O novo edifício, constituído basicamente por materiais incombustíveis (sobretudo cimento armado), tinha uma previsão de lotação para 839 espectadores, assim distribuídos: plateia com 396 lugares, balcão com 197 lugares, 21 camarotes com 6 lugares cada (totalizando 126 lugares) e a geral com 120 lugares. A sala teria ainda um local fixo para a orquestra, com capacidade para 23 executantes, um foyer, dois bares e instalações sanitárias distribuídos por três pisos.

O orçamento previsto pelo gabinete de arquitectura para a execução da obra ascendia aos 405 mil escudos, sendo 279.075\$19 em materiais e 125.324\$80 para mão-de-obra, seria um enorme investimento por parte das autoridades públicas locais.

Entretanto, a 25 de Julho de 1935, um conflito judicial entre arrendatários e proprietários levou ao encerramento temporário do Cinema Gil Vicente, a única sala de cinema da cidade, situação que se estenderia pelos 18 meses seguintes. Nos meses de Setembro e Outubro seguintes, iniciam-se as “excursões cinéfilas” para as povoações vizinhas de Fafe, Vizela e Braga. Depois do fecho do Teatro D. Afonso Henriques, a cidade de Guimarães via-se agora privada da sua única sala cinematográfica permanente em actividade, vinte e dois anos depois de abrir ao público vimaranense. Agravando a causa cinéfila, nos Verões de 1934 e 1935, a habitual Parada dos Bombeiros Voluntários não abriu ao público. Sem oferta cinematográfica na cidade, os cinéfilos vimaranenses não se conformaram e procuraram o cinema fora da cidade.

«As montras das nossas lojas, - as mais importantes – continuam a ostentar o réclame dos cinemas das povoações vizinhas.

Até agora era Fafe, mas veio-se-lhe juntar Vizela, e amanhã, quem sabe? Outros surgirão, porque em Guimarães... há mais em que pensar.

[...]

Não será ainda possível, vimaranenses, que uma solução honrosa ponha termo a um conflito que pode eternizar-se e privar-nos da única distração que possuíamos?

..... é que, esse êxodo que aos domingos agita a cidade, para ir destruir-se, apouca-nos, magou-a, e , se crear raízes, pode de futuro prejudicar-nos.»

In *Comércio de Guimarães*, 6-XII-1935: 1.

Esta espécie de “turismo cinéfilo” tornou-se cada vez mais frequente e mais organizado. A procura dos populares era tal que se começaram a organizar “excursões cinéfilas” a algumas povoações vizinhas, nomeadamente Fafe, Vizela e Braga:

«No domingo a plateia do teatro de Fafe foi ocupada, integralmente, por publico vimaranense.

Para esse efeito saíram do Tournal, em direcção à linda vila, seis camionetas e vários automóveis completamente cheios.

Censurá-los, porquê? Se se exhibia o lindo filme *As pupilas do Senhor Reitor* e em Guimarães não há teatro...»

In *Comércio de Guimarães*, 26-XI-1935: 1.

A situação agudiza-se e a questão da construção e uma nova casa de espectáculos volta à agenda política e mediática. Em Fevereiro de 1936, um novo diploma ministerial autorizava a venda em hasta pública do edifício da antiga casa de espectáculos D. Afonso Henriques, com a condição de este ser adaptado a teatro no prazo de um ano após a aprovação do projecto (*O Berço da Grei*, 22-II-1936: 7).

Durante o mês de Setembro de 1936, o degradado Teatro D. Afonso Henriques voltava a ter a atenção dos vimaranenses, mas pelos piores motivos. Durante esse mês, o edifício do velho teatro foi adaptado temporariamente à condição de albergue de dezenas de famílias que viram as suas habitações demolidas por questões de segurança e da requalificação urbana da parte extra-muros da cidade. Acomodados com esta situação e impossibilitados financeiramente de arranjar novas habitações, os ocupantes do velho teatro procuravam tornar a sua condição provisória em definitiva.

Esta situação “provisória” prolongou-se até Agosto de 1938 quando, como medida contra a “promiscuidade” que manchou durante dois anos a imagem pública da cidade, a Câmara Municipal comprometeu-se a, “antes da realização das próximas festas [Qualterianas]”, realojar as famílias que habitavam o degradado edifício do Teatro D. Afonso Henriques e fechar o “vergonhoso albergue!” (*Comércio de Guimarães*, 29-VII-1938: 1).

No final desse ano de 1936, os vimaranenses acabariam finalmente por conhecer outra promissora notícia que resolveria o problema da falta de uma casa de espectáculos digna para Guimarães. Ainda que pouco seguro, o *Comércio de Guimarães* (27-XI-1936: 1) publicava na sua primeira página um pequeno artigo intitulado «Salão-Cinema em Guimarães?» onde se fazia eco do novo rumor que corria pela cidade:

“Dizem alguns colegas que o sr. Bernardino Jordão, concessionário da Luz eléctrica, em Guimarães, vai proceder às obras necessárias para adoptar um dos salões do prédio onde está instalada a Assembleia Vimaranense, a cinema.”

Os rumores foram ganhando consistência e segurança quando o próprio Bernardino Jordão confirmou as suas intenções ao *Comércio de Guimarães* (1-I-1937: 3): “Vou construir o teatro e conto que ele funcione já no próximo verão.” O mesmo assegurava que um arquitecto tinha iniciado os trabalhos, apreciando diversos locais prováveis para a implantação do tão desejado edifício, que teria as condições para receber espectáculos teatrais e cinematográficos.

Apesar da certeza das palavras de Bernardino Jordão, o malogro das experiencias passadas em torno da construção ou reconstrução de uma casa de espectáculos na cidade não deixavam descansar os mais apreensivos. Mas as obras arrancaram em Março de 1937 e em Novembro de 1938, depois de vários episódios com contornos políticos, o Teatro Jordão era inaugurado sob a designação de Teatro Martins Sarmiento. No mês que se seguiu, as habituais sessões de Domingo, por vezes acompanhados por sessões extraordinárias às Quintas-feiras, registaram excelentes lotações, promovendo uma aparente reconciliação do público com as salas vimaranenses.

Entretanto, em Janeiro de 1937, o Cinema Gil Vicente retomara as suas actividades de exibição cinematográfica. Ultrapassado o conflito que ditou a sua inactividade durante 18 meses, as sessões frequentes voltaram à rua de Gil Vicente. Com a reabertura desta sala e com a construção da nova casa de espectáculos privada na cidade, o projecto

de construção de um cine-teatro de iniciativa pública saiu da agenda mediática e deixou de fazer sentido enquanto investimento público na melhoria da qualidade de vida e da dignidade dos vimaranenses.

4. ALGUMAS NOTAS FINAIS

Ao longo de quatro décadas, o espectáculo cinematográfico conheceu uma série de transformações que foram reflexo da própria evolução da vida social e cultural da cidade. Das primeiras exhibições no barracão do Teatro Guiñol ao moderno Teatro Jordão, o cinema legitimou-se enquanto importante entretenimento popular e forma de enriquecimento cultural junto dos vimaranenses.

Neste longo caminho, muitos foram os homens, associações, empresas e instituições que tornaram possível esse reconhecimento e o potenciaram para seu benefício e da comunidade. Foi também um percurso feito de glórias, tristezas, polémicas e unanimidades que entusiasmaram, desiludiram e mobilizaram os vimaranenses de todas as idades e estratos sociais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

COSTA, Henrique Alves (1978). *Breve história do Cinema Português 1896-1962*. Lisboa: Centro Nacional de Cultura.

COSTA, João Bénard da (1991). *Histórias do Cinema*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda.

SANTOS, Amândio Videira (1990). *Para a História do Cinema em Portugal I. Do diafanorama aos cinematógrafos Lumière e Joly-Normandin*. Lisboa: Cinemateca Portuguesa.